

Artigo recebido em: 28/10/2018. Aprovado em: 22/05/2019

IDENTIDADES E FRONTEIRAS ÉTNICAS NO PROCESSO DE INSERÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR

IDENTITIES AND ETHNIC FRONTIERS IN THE INSERTION PROCESS OF HAITIAN IMMIGRANTS IN THE MUNICIPALITY OF CASCAVEL/PR

Eric Gustavo Cardin¹Carmem Aparecida Manica²

RESUMO: O objetivo do artigo é analisar o processo de inserção social dos migrantes haitianos no município de Cascavel/Paraná, explorando os obstáculos enfrentados pelos migrantes e as redes sociais constituídas. Não suficiente, partindo do pressuposto que as identidades são relacionais, refletimos sobre as relações entre redes sociais, inserção social e as fronteiras étnicas. Para tanto, o estudo utilizou de entrevistas qualitativas realizadas entre 2015 e 2017 e possibilitou o entendimento de que as estratégias de construção identitárias não são ideais puros, mas coexistem nas práticas cotidianas dos migrantes.

PALAVRAS-CHAVE: Migração haitiana. Identidade. Fronteiras étnicas.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the process of social insertion of Haitian migrants in the municipality of Cascavel / Paraná, exploring obstacles faced by migrants and social networks. Not enough, based on the assumption that identities are relational, we reflect on the relationships between social networks, social insertion and ethnic boundaries. For that, the study used qualitative interviews conducted between 2015 and 2017 and allowed the understanding that identity construction strategies are not pure ideals but coexist in daily practices of migrants.

KEYWORDS: Haitian migration. Identity. Ethnic boundaries.

1 Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutor em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones (UNAM/Argentina). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Coordenador do Grupo de Pesquisa Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT). eric_cardin@hotmail.com

2 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduada em História (UNIPAR). Professora da Secretaria do Estado do Paraná. carmem.manica@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas o Brasil se tornou um país receptor de inúmeros migrantes latino-americanos, com destaque para os bolivianos, paraguaios, venezuelanos e haitianos. Consequentemente, ocorreram diferentes fatos sociais derivados das interações características das fronteiras étnicas em vários pontos do território nacional durante o mesmo período. Partindo desta observação inicial, explicita-se que o objetivo do presente artigo é analisar a relação entre o processo de inserção social dos haitianos e a constituição de redes sociais no município de Cascavel, estado do Paraná, Brasil. Neste intuito, serão analisados o acolhimento dos migrantes e a importância da educação e da religião no intuito de se respaldar uma reflexão sobre as fronteiras étnicas impostas.

O migrante ao chegar ao local de destino se depara com novas configurações religiosas, culturais, econômicas e sociais, configurações que interagem com as experiências e os valores acumulados durante sua trajetória de vida. Com a migração e o contato com uma nova realidade, vários aspectos da vida do migrante acabam sendo impactados, resultado direto do contato com o “novo”. Para Bhabha (1998), durante esse encontro entre o novo e o antigo, entre o nativo e o estrangeiro, o migrante reencena, negocia e redefine sua cultura. Nesse aspecto, Dantas (2010) pondera que o migrante traz consigo uma carga simbólica, mas no encontro com o outro acaba por ter um conflito interno contínuo, que coloca em xeque o seu próprio modo de ser.

Segundo Marandola (2008), migrar é sair do seu lugar, o que resulta em um processo de redefinições e em uma ação de aventurar-se em lugares de pouca ou nenhuma familiaridade, onde há pouco ou nenhum controle. Nesse sentido, Rosana Baeninger e Sylvain Souchaud (2007, p. 04) argumentam que:

Hoje a migração, em muitos casos, não é um processo linear, mas feita de desvios, retornos, idas e vinda. A multiplicação dos lugares na migração não é aleatória, constitui ou acaba formando uma estratégia na qual os espaços são considerados como recursos num recurso cumulativo. A circulação de indivíduos e de bens de informações que lhes são associados, em diferentes espaços articulados entre si, criam uma dinâmica territorial complexa.

Arjun Appadurai (2004) afirma que os fluxos migratórios e o deslocamento de refugiados podem transformar as vidas cotidianas em novos projetos sociais. Logo, torna-se relevante observar que esses grupos ou comunidades de migrantes cada vez mais desejam ampliar seu pertencimento político e buscar, por meio da cidadania, o seu reconhecimento (SASSEN, 2014). Diante disso, o presente artigo explora estas dimensões ao analisar o processo de inserção social dos migrantes haitianos e as fronteiras étnicas estabelecidas, com maior atenção aquelas existentes no município de Cascavel. Em grande medida, a chegada dos haitianos e a falta de estrutura do país para recebê-los fizeram com que a sociedade civil desenvolvesse diferentes ações de

acolhimento.

No intuito de contribuir com o entendimento do fenômeno migratório, mais precisamente para as abordagens centradas nas configurações das redes sociais e das identidades no interior das relações estabelecidas nas fronteiras étnicas, serão utilizadas algumas entrevistas realizadas com agentes pertencentes à sociedade civil organizada e também com um conjunto de migrantes. Com o uso de um roteiro semiestruturado, foram entrevistados dois representantes de instituições que atuam no acolhimento dos haitianos no intuito de problematizar as relações de poder que envolvem esta atividade, e também com dez migrantes haitianos (oito homens e duas mulheres), buscando explorar as leituras que os próprios migrantes fazem do processo de inserção e das redes sociais constituídas (é importante ressaltar que nem todas as entrevistas estão expostas diretamente neste texto).

O artigo está organizado em três partes. Primeiramente, será abordado o processo de acolhimento destes sujeitos, que em grande medida ocorre por meio de redes privadas, confessionais ou laicas. Em um segundo momento, será analisado o acesso à educação e as dificuldades impostas pelo idioma. Por fim, serão apresentados alguns aspectos relacionados à importância da religião no processo de inserção ao mesmo tempo em que se expressam manifestações xenofóbicas. Devido ao recorte estabelecido no presente estudo, questões mais diretamente vinculadas à inserção laboral não serão contempladas.

1 A ESTRUTURA DE ACOLHIMENTO DOS HAITIANOS

A chegada dos migrantes no país de destino corresponde a um problema que envolve inúmeras dimensões. Nesse sentido, questões relacionadas ao impacto econômico e social dos fluxos migratórios e também reflexões sobre a pré-existência de redes sociais de recepção e de estrutura de acolhimento são temas que tangenciam este momento. Semelhante a outras localidades do território brasileiro, o município de Cascavel não possui abrigos estatais para o acolhimento dos migrantes haitianos, em grande medida, cabe às instituições religiosas o desenvolvimento desse papel.

Rosângela Silva Ferreira, pedagoga e membro da Cáritas Arquidiocesana de Cascavel, destaca que a falta de uma estrutura pública de recebimento desta população exige respostas da sociedade civil organizada. Corroborando neste aspecto, o reverendo da Igreja Anglicana, Luiz Carlos Gabas (2014), afirma que:

A igreja não pode se furtar de uma de suas principais funções que é compromisso com os direitos humanos. Temos essa preocupação da proteção e do acolhimento dessas pessoas que vêm de outros países que vêm à Cascavel em busca de um recomeço (LAÍNY, 2014, p. 1).

Em conformidade com a questão do acolhimento é possível perceber a existência de algumas ações nos estados do Amazonas, São Paulo e Santa Catarina. No tocante ao município de Manaus cabe destacar a pesquisa de Kátia Couto (2016), que descreve a acolhida dos migrantes haitianos pela Pastoral do Migrante. A referida autora destaca que os migrantes foram abrigados em vários alojamentos localizados em seis bairros da cidade, como também na própria Casa de Acolhida da Pastoral do Migrante.

A Pastoral do Migrante (SPM) da Arquidiocese de Manaus, atuou de forma efetiva no acolhimento de migrantes haitianos, através de várias atividades e medidas que buscavam garantir serviços de assistência imediata e articulando parcerias no intuito de inserir esses migrantes no ambiente social de destino (COUTO, 2016, p. 170).

Segundo Andréia B. de Souza e Leila de Menezes Stein (2015), uma grande quantidade de migrantes haitianos é acolhida pela Missão de Paz no município de São Paulo, capital do estado brasileiro que mais recebe imigrantes haitianos.

Até o final de 2015, São Paulo já havia recebido cerca de 60% do fluxo migratório haitiano, e foi considerado o estado que mais acolheu os haitianos que chegavam pelo Acre e pelo Amazonas. Destes imigrantes, grande parte foi e ainda está sendo amparada na Paróquia Nossa Senhora da Paz (Missão Paz), instituição religiosa ligada à Igreja Católica que conta com uma equipe diversa e especializada no acolhimento de migrantes e refugiados, ajudando-os com alimentação, documentação, moradia e emprego (SOUZA; STEIN, 2017, p. 5).

Conforme Paolo Parise (2016), a Missão da Paz começou sua atuação na década de 1930 no município de São Paulo e atualmente tem sua estrutura formada pela Casa do Migrante, que tem a capacidade de atender 110 migrantes ou refugiados. Além disso, a missão possui o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, que auxilia nos aspectos de documentação, jurídicos, laborais, de saúde e educação, atendendo os núcleos familiares e a comunidade. Faz parte também da estrutura da Missão da Paz o Centro de Estudos Migratórios e a Igreja Nossa Senhora da Paz.

Também merece destaque a pesquisa de Gláucia de Oliveira Assis e Luís F. A. Magalhães (2016), que revelou que após o recrutamento de migrantes haitianos por empresas do estado de Santa Catarina a vinda destes passou a ser mediada pelas redes sociais.

Estas redes sociais possuem como principal expressão atualmente a existência de Associações de Haitianos nestas cidades, especialmente em Balneário Camboriú, Itajaí e Navegantes. Passam pelas associações os trâmites trabalhistas, a ajuda com a hospedagem e o encaminhamento das questões relacionadas à educação e à saúde dos imigrantes. Cada um destes fatores relaciona-se com a abertura da possibilidade de se trazer parentes e amigos que ainda permaneceram no Haiti. Até junho de 2014, havia em Balneário Camboriú dois estabelecimentos com o intuito de facilitar a integração na cidade e oferecer serviço de telefonia e comunicação por internet com seus amigos e familiares (ASSIS; MAGALHÃES, 2016, p. 237).

Em certa medida, a atuação dessas entidades exerce funções que deveriam ser de responsabilidade do Estado. Dessa forma, atuam fortemente nas lacunas deixadas pela ação estatal, configurando como espaços nos quais os indivíduos que compõem os fluxos migratórios buscam a primeira acolhida em território brasileiro (ARAÚJO, 2016). Para Redin (2013), o Estado mantém o migrante sob um espectro de pseudodireitos, desprezando as demandas necessárias para a manutenção de uma vida digna no país, ou seja, eles são inicialmente incluídos para então serem excluídos pelo país de destino. Corroborando com esse entendimento, Araújo (2016, p. 392) afirma que:

Sem dúvida, quando analisamos as estruturas administrativas do Estado brasileiro voltadas para a realidade migratória vemos que no nível federal as funções se dividem entre o Ministério da Justiça e do Trabalho, algo aparentemente óbvio, pois

são os órgãos que tratam de duas dimensões importantes do fenômeno – a dimensão jurídica e da permanência de estrangeiros em território nacional; e a principal atividade, o trabalho, que os indivíduos buscam como forma para se inserirem na sociedade de destino. Tanto que a dimensão do trabalho sempre está presente nos discursos dos atores envolvidos com os fenômenos migratórios e parece ser uma das principais dimensões presentes nos discursos dos agentes de Estado quando se tratam de estabelecer ações para a população migrante, bem como para seus indivíduos.

Nesse sentido, cabe ressaltar a ausência do Estado nas questões jurídicas de regularização dos migrantes haitianos que chegaram ao Brasil em 2010. O movimento inicial foi a tentativa de obtenção do status de refugiado, mas devido ao não enquadramento na categoria descrita pela convenção de 1951, a solução encontrada pelo CNIG foi conceder o visto por razões humanitárias. Apesar do avanço nesse âmbito, com a Nova Lei de Migrações (nº 13.445/2017), Moraes (2017, p. 44-45) afirma que “o Estado mantém estruturas determinantes no destino dos migrantes”.

Destarte, embora os ressaltados avanços trazidos com o advento da Nova Lei de Migração no tocante à questão dos direitos humanos do imigrante, manteve-se espaço para a seletividade do Estado no que concerne à entrada de imigrantes no País, à medida que abre brechas para estabelecer óbices quase intransponíveis aos imigrantes considerados indesejáveis, potencializando a proteção do Estado em detrimento da proteção ao sujeito (MORAES, 2017, p.45).

Observa-se que após o migrante ter o primeiro contato com as estruturas administrativas do país, por meio da Polícia Federal, para sua regularização, ele não encontra nenhuma estrutura de inserção. Geralmente as ações empreendidas pelo Estado brasileiro em relação à migração são ações pontuais e paliativas, não tratam das estruturas nos âmbitos social, político e econômico. Corroborando esta ideia, Arruda (2015 p. 23) afirma que:

Pensar a participação do Estado na formulação de uma política migratória com iniciativas no sentido da inserção social de estrangeiros implica em definir ações e metas que procurem lidar com essas questões evitando essa tendência à exclusão e marginalização de imigrantes.

A ausência do Estado nas questões relacionadas ao fluxo migratório haitiano leva as entidades de cunho religioso, juntamente com as ONG's (Organizações Não Governamentais), a uma centralidade na inserção e acolhimento destes imigrantes. Nesse sentido, Araújo (2016, p. 393), assevera que:

Estas entidades realizam importantes ações no sentido de providenciarem abrigo provisório e inicial em território brasileiro, alimentação, além de intervenções diretas no sentido de colocarem os migrantes com o mercado de trabalho brasileiro.

É importante destacar que as instituições religiosas vão além do acolhimento, implementando ações que visam a inserção dos imigrantes haitianos em várias esferas. Nesse sentido, vale salientar que, durante o caminho percorrido na pesquisa, o campo constituiu-se em uma relação contínua, não sendo reduzido apenas a entrevistas, pois envolveu observação participante, principalmente no Fórum dos Haitianos, que possibilitou a compreensão de algumas das formas de organização que os haitianos estabeleceram em Cascavel. O fórum foi criado em 2016 com o intuito de desenvolver

estratégias para a inserção dos imigrantes haitianos. Nas reuniões participam, além dos haitianos, membros da Cáritas, pesquisadores vinculados a universidades, bem como representantes do poder público. Integrante do Fórum, Rosângela Silva Ferreira (2017) explica seu funcionamento e objetivos:

Nós apoiamos que os haitianos se organizem, incentivamos o que a gente chamou de Fórum só de haitianos, eles se reúnem aqui na Cáritas uma vez por mês. Nós trabalhamos com a metodologia do coletivo, ou seja, existe um Plano Estadual de Políticas Públicas para a promoção da defesa dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas do Paraná, que vai discutir eixos de educação, trabalho e saúde. E na questão dos direitos nós vamos orientá-los para que eles possam lá na comunidade deles, através do Fórum, estar trazendo as maiores necessidades que eles possuem. A partir disso vamos passar a provocar o município e o estado. Por exemplo, nós participamos 10 dias atrás, do Conselho Estadual do Trabalho e Economia, em nível de Estado, que aconteceu na ACIC, pra dizer que nós estamos com dificuldades de trabalhar nesse sentido. Nós provocamos também o município, dizendo que não dá mais para colocar debaixo do tapete, está aí e alguma coisa vai ter que ser feita, então acho que é esse o papel, o de provocar, dialogar, dizer que a gente tem de se unir.

Além do Fórum dos Haitianos, a Cáritas, em parceria com a Pastoral dos Migrantes, organizou o 1º Festival da Cultura Haitiana, que ocorreu no salão da Igreja São Cristóvão em 28 de maio de 2016. O festival contou com apresentações e a venda de artesanato e comidas típicas. Uma das iguarias vendidas no evento foi a lasanha de banana, que apesar de não ser uma comida típica do Haiti, tem como principal ingrediente a banana, que é uma fruta muito utilizada na culinária haitiana, como, por exemplo, na preparação do *fritay*, que corresponde a uma espécie de banana frita temperada com condimentos.

Em conformidade com a questão de ações que visam à manutenção de práticas culturais haitianas e a inserção dos migrantes no município de Cascavel, a Cáritas oferece cursos de artesanato às mulheres haitianas. Nesse sentido, Ferreira (2017) esclarece como funcionam tais cursos.

Nós estamos oferecendo aulas de artesanato pra mulheres haitianas, então o artesanato acaba por fortalecer a cultura delas com o Haiti e além do curso a gente também organiza as feiras de economia solidária, bem como as festas de igreja para elas colocarem os produtos à venda.

Os produtos confeccionados pelas haitianas expressam um pouco da cultura do país natal. Os itens vão desde panos de prato e descansos de panelas a agendas, cadernos, blocos de anotações e até bolsas. Os produtos confeccionados nos cursos de artesanato proporcionados pela Cáritas além de serem vendidos nas festas da igreja e em feiras, também são vendidos nos bazares de economia solidária, que ocorrem na própria instituição, um sábado por mês, no período vespertino.

Essas ações organizadas pelas instituições religiosas e pelas ONG's, que vão desde o acolhimento até a inserção dos imigrantes haitianos, acabam por minimizar e auxiliar no enfrentamento dos problemas encontrados no fluxo migratório. Contudo, existem iniciativas dos próprios imigrantes. Nesse sentido, cabe mencionar a criação da Associação de Defesa da População Haitiana no ano de 2014. A primeira assembleia da associação foi realizada em 13 de abril daquele ano e contou com a presença de

aproximadamente 80 haitianos. No dia 04 de maio de 2014 os haitianos voltaram a se reunir para definir os membros responsáveis pela coordenação da associação e para discutir a realização de um evento para a comemoração do Dia da Bandeira Haitiana.

A reunião aconteceu na Câmara de Vereadores e contou com a presença de cerca de 30 haitianos. Neste início de organização, a associação contará com uma direção provisória com prazo de um ano. Dividida por coordenações, a entidade irá elencar demandas dos haitianos na cidade, em especial nas áreas trabalhistas, de documentação, saúde e educação. A associação será coordenada por Joe Evens Celintery (coordenador geral) e Marcelin Geffard (coordenador auxiliar). A entidade ainda contará com um secretário geral, um responsável pelas finanças, comunicação, além de delegados e conselheiros, sendo um deles brasileiro: o professor Elemar Muller (CARIGNANO, 2014, p.01).

Além das ações mencionadas, foram confeccionados exemplares de uma cartilha em português e *créole* haitiano com informações a respeito do processo migratório. Em 2016 a Associação Haitiana de Cascavel realizou o *Show des Arts*, que contou com apresentações artísticas e culturais haitianas, na ocasião o valor da entrada foi integralmente destinado à associação (EBERHARDT, 2017). Por fim, outra ação que merece ser destacada, foi a criação de um programa de rádio, em 2014, voltado não só aos imigrantes haitianos que residem em Cascavel e região, mas também aos familiares destes que têm acesso ao programa via internet.

Além de matar a saudade da cultura e da família que deixaram no país de origem, o programa Haiti Universal também é uma ferramenta para auxiliar aqueles que vivem refugiados na região. Eles, bem como outros haitianos espalhados pelo Brasil, nem sempre conseguem falar com frequência com os familiares e por vezes têm dificuldades em encontrar boas oportunidades por aqui, diferentemente do que imaginavam quando migraram para cá. Uma programação voltada para eles é como ter um pedacinho do Haiti aqui. Em função disso, até mesmo a escolha das músicas é feita com cuidado para que os haitianos se sintam reconfortados com as mensagens que vão ao ar (CRISTINA; BIANCO, 2014, p.01).

Outro aspecto importante que merece atenção refere-se às moradias ocupadas pelos haitianos nas cidades brasileiras. A pesquisa de campo do pesquisador Geraldo C. Cotinguiba (2014), realizada em Porto Velho, Rondônia, revelou que alguns proprietários se negam a alugar seus imóveis aos haitianos, chegando a aumentar os valores dos mesmos.

A referida área da cidade onde vivem os haitianos – localizada em alguns bairros próximos à área central da cidade – é marcada pelo que se conhece localmente como “estâncias”, ou seja, vários quartos num mesmo imóvel – chamados apartamentos – ou quitinetes em um mesmo terreno, locados a preços que variam entre R\$ 300,00 a R\$ 500,00, além da conta de luz e uma contribuição para a conta d’água. São divididos por dois, três e até mesmo por cinco pessoas. São verdadeiros cortiços, muito mal construídos, sem ou com pouquíssima ventilação, às vezes com banheiro coletivo, cobertos com telhas de amianto (COTINGUIBA, 2014, p.139).

No município de Cascavel, a situação das moradias ocupadas pelos haitianos não diverge muito da de outras cidades brasileiras. Nesse sentido, Ferreira (2017) afirma que:

Moram cinco, seis, sete pessoas em casas muito pequenas ou quitinetes, outro fator é o fato de que o proprietário do imóvel se sente prejudicado, pois aluga o imóvel pra

três pessoas, de repente há cinco, seis, sete pessoas, sendo que um ou dois trabalham, no máximo.

Em relação às áreas em que os migrantes residem no município de Cascavel, observa-se a predominância das regiões Sul, Leste e Oeste. Segundo Eberhardt (2017, p. 86), as moradias alugadas pelos haitianos estão localizadas, “sobretudo, nos bairros Universitário e Santa Felicidade (Sul); São Cristovão, Cascavel Velho, Cataratas e Morumbi (Leste); Santa Cruz e Santo Onofre (Oeste)”. Em conformidade com essa questão, em 2017, uma matéria divulgada pela CATVE (2017), informou que no Alto Alegre residiam 565 haitianos, enquanto 413 moravam no Coqueiral, ambos bairros da região oeste do município.

Na parte sul da cidade está localizada a UNIOESTE, campus Cascavel, dessa forma a região conta com várias opções de imóveis para locação. Nas proximidades da universidade também está localizada a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel), uma das maiores empregadoras de imigrantes haitianos do município. A região leste, por sua vez, possui acessos à BR-469 e a BR-277, que dá acesso à Coopavel. Já na região oeste está localizada a Prefeitura Municipal de Cascavel, o Terminal Rodoviário, uma universidade privada e dois centros universitários. Dessa forma, a região também conta com vários imóveis para a locação. Um dos centros universitários instalado na região é o Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG), que conta com trabalhadores haitianos em seu quadro de funcionários. Nota-se que, as áreas de residência dos haitianos são, em sua maioria, bairros próximos das empresas em que eles trabalham ou das estruturas que frequentam e utilizam, bem como bairros que possuem opções de imóveis baratos para a locação, principalmente quitinetes.

Por meio das redes constituídas no município de Cascavel os imigrantes haitianos desenvolveram ações de inserção na região. Ações como o Fórum dos Haitianos, a Associação dos Haitianos, o 1º Festival da Cultura Haitiana e o *Show des Arts*. Dessa forma, constata-se que o fluxo migratório haitiano não se encerra de maneira simples, pois ele está vinculado diretamente à conquista de um espaço que lhes garanta melhores condições de vida em um sentido amplo, algo que não se restringe ao mercado de trabalho. Contudo, é interessante pensar que no âmbito da migração o Estado configura um agente com ações dúbias. De um lado, ele possui a preocupação de elaborar um estatuto para o estrangeiro e um protocolo de atendimento ao imigrante e ao refugiado, por outro lado, não possui a mesma dedicação em garantir o cumprimento das suas próprias deliberações. Esta situação abre espaço para que outros agentes da sociedade civil se mobilizem e garantam sua própria existência por meio de diferentes ações.

2 EDUCAÇÃO E GÊNERO NO PROCESSO DE INSERÇÃO SOCIAL

A estrutura de acolhimento é um elemento fundamental no processo de inserção social dos imigrantes no país, porém ela não é o único aspecto a ser observado. Em grande medida, existem outras dimensões sociais que interferem diretamente no êxito ou não do processo de inserção dos imigrantes. Nesse sentido, a presente seção abordará dois pontos que merecem destaque: a educação e as relações de gênero. Abrangerá ainda as ações empreendidas pelo governo brasileiro, bem como pela sociedade civil, que objetivam garantir o acesso à educação e o aprendizado da língua pelos imigrantes.

No entender de Gorczewski (2005), o elemento fundamental para a cidadania é a educação. Para o autor a base da cidadania é o desenvolvimento integral do homem, o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, a compreensão, a tolerância e a amizade entre os grupos étnicos e religiosos e entre as nações. Nesse sentido, Santos (2001, p. 65) afirma que:

Para que o cidadão possa atuar no sindicato, no partido político etc., é necessário que ele tenha acesso à formação educacional, ao mundo das letras e domínio do saber sistematizado. Em consequência disso a formação do cidadão passa necessariamente pela educação escolar.

No contexto do fluxo migratório haitiano, o debate sobre a inserção social perpassa os direitos assegurados, incluindo-se aí o direito à educação. Alice Krämer Iorra Schmidt e Márcia Solange Volkmer (2016), analisando uma escola municipal na cidade de Arroio do Meio, no Rio Grande do Sul, onde existiam seis alunos haitianos de idades entre 6 e 17 anos, verificaram a inexistência de políticas públicas estaduais ou municipais para a inserção dos imigrantes na escola. As iniciativas observadas partiram diretamente do próprio corpo docente da escola. Conforme Schmidt e Volkmer (2016, p.12):

Algumas adaptações na sistemática de aula foram realizadas para permitir um melhor acolhimento dos imigrantes pela escola e superar algumas dificuldades com relação à comunicação. Num primeiro momento, a instituição buscou auxílio de uma pessoa, na comunidade, que falasse francês para permitir esse contato inicial com os pais dos alunos estrangeiros, compreender quem eram esses recém-chegados, onde estavam trabalhando no Brasil, no que trabalhavam no Haiti e traduzir eventuais documentações. Na sala de aula, a comunicação foi estabelecida através do uso de computador ou aparelho celular para acessar programas de tradução, a exemplo do Google Tradutor, a fim de permitir a melhor compreensão, por alunos e professores, do francês e do *créole*, que são as línguas oficiais do Haiti.

Embora no município de Cascavel a situação dos alunos haitianos matriculados na rede municipal não seja muito diferente daquela apresentada em Arroio do Meio, foram constatadas, ao longo da pesquisa, algumas experiências estatais que visam facilitar a inserção dos migrantes via educação pública. Conforme reportagem de Aline Cristina e Bruna B. da Luz, publicada em 2014, na Gazeta do Paraná, as escolas municipais não possuíam intérpretes, situação que fazia com que tivessem que contar com o esforço e dedicação de alunos e professores. A rede municipal de educação possuía, em 2014, “um total de 23 alunos haitianos matriculados no Ensino Fundamental e 9 matriculados em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS). São 8 escolas e 8 CMEIS com alunos desta nacionalidade” (CRISTINA; LUZ, 2014, p. 01).

Segundo a Secretaria Municipal de Educação de Cascavel, em 2018 o número de matrículas na rede, considerando Educação Infantil, Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos (EJA), era de 30.521. Nesse sentido, Grigoli (2018, p. 01) destaca que:

[...] crianças haitianas representam o maior número de estrangeiros que hoje frequentam escolas municipais de Cascavel. Cerca de 100 alunos estão matriculados e desse total, mais de 90% são haitianos. A maior parte deles está matriculada nos 3º e 4º anos.

Já em relação à rede estadual de ensino, o número de matrículas, no ano de 2018,

era de 31.308, considerando um total de 42 escolas. Em razão de esses dados serem referentes a matrículas no geral e não apontarem as nacionalidades dos alunos houve a necessidade de entrar em contato com algumas escolas do município que forneceram dados quantitativos dos haitianos matriculados. A escolha das escolas se restringiu à região oeste de Cascavel, tendo em vista o número de haitianos ali residentes.

Em 2018, no Colégio Estadual Professor Victório Emanuel Abrozino, o número de haitianos matriculados era de 4 alunos, sendo 3 no Ensino Fundamental e 1 no Ensino Médio. Já o Colégio Estadual Júlia Wanderley contava com 2 haitianos matriculados, sendo 1 no Ensino Fundamental e 1 no Ensino Médio. Por sua vez, no Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone, aproximadamente 50 haitianos estavam matriculados em 2018, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, nos três turnos.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo dados do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, o número de matriculados no ano de 2018 era de 2.212 alunos, sendo 1.111 alunos no Ensino Fundamental – Fase II e 1.101 alunos no Ensino Médio. Nesse sentido, Grigoli (2018, p. 01) afirma que:

Uma das alternativas buscadas pelo público estrangeiro para aprender o português é o CEEBJA (Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos). Atualmente, cerca de 20 estrangeiros estão matriculados nessa modalidade de ensino e a maioria é de haitianos. “São matriculados nas variadas disciplinas, preferencialmente em Língua Portuguesa”, explica a equipe do CEEBJA. No decorrer dos estudos, os alunos seguem as etapas previstas para a conclusão da Educação Básica.

Dessa forma, nota-se que apesar da falta de políticas públicas, que vão desde a ausência de treinamentos ou de contratação de intérpretes para a inserção dos migrantes nas escolas, esses alunos estão sendo inseridos no espaço educacional, em um esforço conjunto dos profissionais de educação e dos próprios haitianos. Corroborando neste sentido, Alice L. Mattos, Cristina A. Sarturi e Leandro A. Borges (2015, p.68) afirmam que:

Partindo-se do pressuposto de que migrar é inerente a todos – haja vista a mobilidade ser um processo natural – e, portanto, um direito humano, deve ser assegurado, onde quer que seja, um local adequado e uma vida digna àqueles que decidem dar um novo rumo à sua vida ou são forçados a tanto. Nesse sentido é que as políticas públicas devem ser pensadas e propostas, de modo que o imigrante seja, de fato, sujeito de direitos e não fique submetido a condições desumanas – semelhantes ou, muitas vezes, piores – àquelas das quais está buscando melhoria.

Em conformidade com a questão de ações individuais e o esforço conjunto realizado, principalmente por professores e equipes pedagógicas, cabe mencionar a organização de um projeto com o objetivo de proporcionar aulas de tênis de mesa para haitianos no município de Cascavel em 2017. O projeto foi inspirado no jovem haitiano Edson Jean François, de 15 anos, que organizou na garagem de sua casa um centro de treinamento, utilizando uma mesa velha e chinelo e cadernos como raquetes. O projeto foi organizado pelo professor Edson Gavazzoni, e contou com a ajuda da comunidade que “doou as tábuas para que as mesas fossem construídas e ajudou na compra de outros materiais. Atualmente, mais de dez meninos participam do projeto” (BITTENCOURT, 2017, p. 01).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece, no caput de seu artigo 5º, como um dos direitos e garantias fundamentais o da igualdade, garantindo tanto

aos brasileiros quantos aos estrangeiros residentes no Brasil. Sob este contexto, entende-se que a igualdade refere-se à garantia de acesso a todas as oportunidades, as mesmas condições de inserção, independentemente se brasileiros ou estrangeiros, ou seja, condições de uma igualdade real. No entanto, o que se percebe na prática quanto à inserção dos imigrantes haitianos é que as várias ações de inserção partem de ações voluntárias, principalmente de instituições religiosas e de educação. Segundo o Padre Gelmino Costa (2012, p. 96):

Se analisada esta imigração considerando a situação dos imigrantes na origem, as dificuldades da viagem – uma verdadeira epopeia – e o início da inserção nas cidades brasileiras, os haitianos se tornaram um fato que pede reflexão pelo conjunto da sociedade brasileira. Mostrou em primeiro lugar como é grande a distância entre a comoção e os discursos das ações concretas. Não se pode ir ao Haiti dizendo que o Brasil acolheria bem os haitianos e fazê-los passar por tamanho sofrimento, quer na travessia, quer na chegada. Mostrou o anacronismo da própria política brasileira de imigração. Mostrou as desavenças entre os poderes constituídos – municipal, estadual e federal – vivendo um jogo de empurra-empurra, um acusando o outro e todos lavando as mãos. Mostrou que primeiro se deixa o prédio cair para depois ver o que fazer.

Outro desafio encontrado pelos haitianos para a inserção na sociedade brasileira é o aprendizado da língua portuguesa. Os haitianos são diglóticos, ou seja, no Haiti coexistem duas línguas: o francês e o *créole*. Ao longo da história do Haiti a coexistência dessas duas línguas representou um demarcador social. Conforme afirma Grondin (1985, p.73):

O francês é somente a língua da elite. O *créole* é a língua própria da massa: serve para distinguir as massas sociais. O *créole* haitiano é uma criação dos negros escravos do Haiti. Oriundos de centenas de grupos linguísticos diferentes, misturados entre si por seus captadores, vendedores, compradores, donos das plantações, os escravos do Haiti tiveram que criar um meio de comunicação oral e cultural entre si mesmos e entre eles e seus donos. Utilizando o francês, língua da colônia, como base criaram o *créole*.

A oficialização das duas línguas o francês e o *créole*, somente foi estabelecida pela Constituição haitiana de 1987.

A Constituição haitiana de 1987 tornou co-oficiais o francês e o *créole*, obrigando o Estado haitiano a publicar todos os documentos oficiais nessas duas línguas. No momento, as leis, os códigos, os formulários, as peças administrativas ainda são redigidas quase que exclusivamente em francês. A maioria dos funcionários tem um conhecimento limitado do francês e uma ignorância quase total da leitura e da escrita do *créole* que todos falam. Isto porque só depois deste diploma legal é que se começou a pôr em prática um esforço de padronização da escrita no Haiti (RODRIGUES, 2008, p. 5-6).

Rodrigues (2008) afirma que, atualmente, no Haiti aproximadamente 10% dos haitianos conseguem se expressar mais ou menos corretamente nas duas línguas oficiais. Conforme o pesquisador:

No Haiti o *créole* é falado pela totalidade da população. Baseado na oralidade, sua transcrição na vida quotidiana, embora crescente, ainda é reduzida. Sua utilização escrita corresponde geralmente à afirmação de uma identidade e a

um posicionamento militante. O francês, por sua vez, é a língua da educação, da administração e da maioria dos meios de comunicação (RODRIGUES, 2008, p. 189).

No decorrer da pesquisa observou-se que diversas ações de promoção do ensino da língua portuguesa aos imigrantes haitianos. Merecem destaque duas iniciativas desenvolvidas na região Norte do país, ambas em Porto Velho, município que chegou a abrigar cerca de 1.200 haitianos. A primeira, da Igreja Católica, que por meio de sua pastoral propiciou um curso de português básico ministrado por um haitiano que já havia aprendido a língua portuguesa. A segunda, uma iniciativa de 2011, implantada pelos pesquisadores Marília L. Pimentel e Geraldo C. Cotinguiba (2012, p. 101):

Por meio do projeto de extensão supracitado, desde julho de 2011 ministramos aulas de português para os imigrantes. Já foram atendidos pelo projeto mais de 300 haitianos, sendo que, atualmente, há uma rotatividade grande, pois muitos começam o curso e desistem por três motivos, quais sejam: viajam para outros estados, começam a trabalhar à noite, ou mesmo os que acham que já aprenderam o suficiente. Deste modo, frequentam as aulas, hoje, cerca de 50 alunos.

No que se refere ao oferecimento de cursos de português no município de Manaus, as iniciativas ficaram a cargo de ações voluntárias, de instituições religiosas e dos próprios imigrantes. Conforme afirma o Padre Gelmino Costa (2012, p. 96):

Toda tarefa de acolhida continuou por conta da Igreja Católica, do grupo Ama Haiti, de três pastores evangélicos e, ao final, também da Associação dos Haitianos. Pessoas e entidades muito ajudaram e não se pode deixar de nomear a Associação Allan Kardec. Porém, os principais protagonistas de acolhida foram os próprios haitianos. Eles souberam acolher a muitos em seus quatinhos paupérrimos e limitados de tudo. Sempre cabe mais um nesses momentos. As doações por parte do povo manauara também foram proporcionando subsídios importantes para a alimentação e o vestuário. Com competência e eficiência atuaram e atuam as equipes de alimentação, de saúde, de ensino da língua portuguesa, de cursos profissionalizantes e de emprego.

Por sua vez, na região Sudeste, o município paulista de Santo André contava em 2015 com 700 haitianos. Para suprir a demanda pelo aprendizado da língua portuguesa, foi realizada uma parceria do poder público local com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), que ofereceu um curso de português por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Em 2014 e em 2015 já haviam sido atendidos 135 migrantes haitianos (BORBA; MOREIRA, 2016, p.458).

Em Cascavel, da mesma forma que em outras cidades brasileiras, foram identificadas várias iniciativas do ensino da língua portuguesa gratuitas para os imigrantes haitianos. Em 2012, por exemplo, um curso de português foi oferecido pelo Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG) e pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do Centro Educacional Paulo Freire, responsável pelo EJA (Educação de Jovens e Adultos). O curso atendeu cerca de 40 haitianos que chegaram ao final de janeiro de 2012, para trabalhar nas obras da FAG e do Hospital São Lucas³ (GLOBO, 2012). Já no ano de 2016, uma ação foi empreendida pela Escola Sagrada Família e, em 2017, pelo Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone, situações onde professoras voluntárias

3 O Hospital São Lucas é privado e vinculado à Fundação Assis Gurgacz.

desenvolveram um projeto para o ensino da língua portuguesa para crianças e adultos haitianos.

O Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone ofertou, no referido ano, o ensino do português por meio do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM). As classes eram organizadas em duas turmas com um total de 58 haitianos. O mesmo programa também é ofertado pelo Colégio Estadual Professor Victório Emanuel Abrozino, que possui uma turma com 30 haitianos matriculados.

Durante a pesquisa de campo realizada verificou-se que entre os entrevistados dois falavam inglês, além do *créole* e do francês, casos de Dykenlove John Marcelin e de Ronald Toussaint. Além disso, na pesquisa constatou-se que os imigrantes se comunicam com a língua materna quando estão no coletivo, apesar de terem conhecimento da língua portuguesa, mesmo quando no ambiente estão presentes brasileiros. Em relação às mulheres haitianas, a pesquisa constatou que elas possuem algumas barreiras em participar dos projetos que oferecem aulas de português. De acordo com Ferreira (2017):

Entre todas as fragilidades da migração, tem a questão das mulheres, elas não buscam aprender a língua, elas estão ficando em casa, elas estão ficando à margem desse processo de inserção, na comunidade e no trabalho, não são todas, mas muitas delas.

Jesula Fils Aimé, 44 anos, solteira, residente há 14 meses em Cascavel, revelou que no curso de idiomas que participava, a maioria da turma é frequentada por homens. Embora esta desproporção também esteja relacionada com a grande diferença entre o número de homens e mulheres imigrantes, há indicadores que fatores ligados às relações de gênero estejam por trás da inserção diferenciada.

Estou aprendendo pela televisão e nos sábados vou ao Colégio Sagrada Família com a professora Terezinha, há bastantes alunos haitianos homens, mas só duas alunas mulheres e eu, as mulheres só querem trabalhar (Narrativa nº 9 – pesquisa de campo, 2017).

Nesse sentido, Marília L. Pimentel e Geraldo C. Cotinguiba (2012) afirmam que:

[...] o maior entrave tem sido registrado pelas mulheres, especialmente pelo fato da barreira linguística, pois majoritariamente falam apenas o *créole* e isso tem dificultado a inserção no mercado de trabalho. Acrescente-se o fato de não frequentarem o curso de português; parece haver uma “resistência” em aprender o nosso idioma, por razões que ainda não conhecemos. Em geral, as haitianas trabalham como diaristas, empregadas domésticas ou em restaurantes e lanchonetes. Muitas foram demitidas por conta da barreira linguística (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2012, p. 103).

Segundo Pimentel e Cotinguiba (2012), na maioria dos casos as mulheres haitianas residentes em Porto Velho possuem menor grau de escolaridade do que os homens e devido a um conjunto de regras sociais as mesmas são responsáveis pelo lar e pelos filhos, enquanto aos homens cabe o sustento da família. Nesse sentido, Rosa (2006, p. 22) afirma que:

A produção de conhecimento e a instauração de uma educação formal em uma língua colonial é um dos principais geradores das desigualdades instauradas no Haiti, já que são as mulheres monolíngues (falantes apenas do *créole*) e sem qualquer tipo de

acesso à educação formal constituem o grupo de maior vulnerabilidade social, pois embora os homens também compartilhem do mesmo grau de desamparo social, eles conseguem migrar em um percentual significativamente maior do que as mulheres, seja para a República Dominicana, para o trabalho no plantio e colheita de cana-de-açúcar ou para a construção civil, ocupações marcadamente masculinas, seja para os Estados Unidos ou Canadá, porque gozam de uma rede de solidariedade muito mais consolidada nos países de destino, ao passo que as mulheres haitianas encontram muito mais dificuldades no processo migratório, pois não encontram o mesmo suporte que seus compatriotas. Isto ocorre devido à fragilidade nas redes de cooperação femininas de incentivo à imigração, à baixa exposição das mulheres à vida pública, obrigando-as à dedicação quase que exclusiva à reprodução familiar, limitando as chances de sobrevivência social fora do lar e do seu próprio país.

Mezzadra (2005) aponta para o fato de que a migração feminina não se deve apenas às condições econômicas de mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas, mas é uma decisão consciente de quem busca abandonar uma sociedade dominada pelo patriarcado. A reflexão sobre as questões de gênero conduz a um campo vasto, que excede os limites do alcance da pesquisa realizada para o presente trabalho. Desse modo, não foi possível realizar uma análise mais aprofundada sobre tais problemáticas, mas apenas aferir que as posições sociais reservadas para homens e mulheres na cultura do Haiti interferem na forma em que ocorre a inserção social diferenciada na sociedade brasileira.

Diferente daquilo que se refere à estrutura de acolhimento primária, observa-se uma preocupação um pouco maior das redes de ensino em absorver a demanda composta pelos imigrantes, auxiliando-os no processo de inserção social por meio do ensino do idioma, principalmente. Contudo, o oferecimento do ensino do português para os imigrantes não se apresenta como uma política pública generalizada no território nacional, garantindo certa heterogeneidade ao serviço. Além disso, as diferenças de gênero também surgem de maneira importante no processo de inserção na sociedade brasileira e, nesse contexto, as fronteiras étnicas existentes entre os imigrantes haitianos e os nacionais recebem reforços significativos. A própria nacionalidade, o idioma e a forma pela qual a cultura haitiana determina o lugar social da mulher e do homem dificultam a superação dos obstáculos encontrados durante a migração.

3 RELIGIÃO E XENOFOBIA NO PROCESSO DE INSERÇÃO SOCIAL

A pesquisa de campo realizada para o presente trabalho demonstrou que a observação do fluxo migratório e da inserção dos migrantes na sociedade receptora exige o estudo de várias facetas do fenômeno. Desse modo, é preciso levar em conta as perspectivas e percepções que estão interligadas ao processo de inserção do imigrante haitiano no Brasil. Questões como o acolhimento no país, as formas de organizações estabelecidas, a cultura, as habitações, o aprendizado da língua, o acesso à educação. Nessa perspectiva, cabe destacar as questões relacionadas ao preconceito, bem como à religiosidade.

O fluxo dos imigrantes haitianos às cidades brasileiras tem provocado mudanças socioculturais e estruturais nestas cidades e no cotidiano da população local, pois os sujeitos que migram carregam consigo todo um conjunto simbólico. Todavia, imigrantes e sua cultura nem sempre são bem recebidos no território brasileiro. Nesse

sentido, durante a pesquisa de campo foram registradas manifestações de preconceito e xenofobia, por exemplo, em inúmeras pichações de repúdio aos haitianos em estabelecimentos comerciais, em pontos de ônibus e muros do centro de Cascavel. Também foram registrados casos de violência física em diferentes pontos do país, como o episódio que envolveu seis haitianos na Baixada do Glicério, São Paulo, em agosto de 2015. Na ocasião, jovens passaram de carro efetuando disparos com armas de chumbinho e xingando os haitianos de ladrões de empregos (LACERDA, 2016).

Outro episódio de violência contra migrantes haitianos ocorreu em 14 de maio de 2016, na cidade de Foz do Iguaçu, quando um haitiano de 33 anos, estudante da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, foi agredido no centro da cidade por um grupo de jovens, durante a madrugada. De acordo com o imigrante, ele estava se deslocando para a rodoviária com o objetivo de viajar para a cidade de Cafelândia para visitar o filho quando foi agredido por um grupo de pessoas que estavam em um bar. Segundo o estudante, foram proferidos insultos racistas e xenófobos, além da agressão física (GLOBO, 2016).

Segundo Maciel (2016), no ano de 2015, as denúncias de **xenofobia** no Brasil cresceram **633% em relação ao ano** anterior. De acordo com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, os principais alvos do preconceito são os **haitianos**, representando 26,8 %, seguidos dos migrantes de origem árabe ou de religião muçulmana (15,45%). Em relação ao fluxo migratório haitiano às cidades brasileiras e às manifestações de repulsa, dois pontos merecem ser analisados: o fato de serem estrangeiros e o fato de serem negros. Para Goffman (1982) e Bauman (1998), as relações étnicas que marcam este tipo de encontro guardam uma situação onde o outro é desconhecido, o que provoca o medo e a repulsa, podendo originar reações hostis que, por sua vez, podem causar a estigmatização.

Um dos pontos observados durante o percurso da pesquisa de campo refere-se a expressões pejorativas utilizadas por algumas mídias em relação ao fluxo migratório haitiano ao Brasil, que acabam por manter ou até mesmo inflamar a estigmatização sobre o Haiti e os haitianos.

Algumas expressões pejorativas como “Haitianos invadem o Brasil”, “Haitianos fogem da miséria do Haiti”, “Haitianos morrem de AIDS” foram corriqueiras nos meios de comunicação brasileiros. As caracterizações pejorativas exacerbaram a imagem predominantemente do Haiti como um país pobre e miserável, trazendo à tona a importância de se relacionar essas imagens com processos de incorporação e exclusão de imigrantes haitianos na sociedade brasileira. A chegada de milhares de haitianos ao país evidenciava um forte sentimento de rejeição à imigração haitiana por boa parte das matérias veiculadas na mídia brasileira, por ser indesejada (HANDERSON, 2015, p. 149).

Segundo Samora (2015), as mídias, de uma forma geral, contribuem para a institucionalização de comportamentos sociais por meio de seus discursos. Em outras palavras, “o modo como as matérias jornalísticas são construídas e enunciadas promove a formação de representações individuais ou de grupos e comunidades” (SAMORA, p. 2015 p.66). De acordo com Silva (2015, p. 127), tais ações da mídia local e nacional são na verdade tentativas de se “construir um estigma contra um determinado grupo de imigrantes para responsabilizá-los das mazelas já existentes na sociedade local”. Corroborando com tal entendimento, Bauman (1999, p. 84) afirma que:

As imagens de desumanidade que dominam as terras onde vivem possíveis migrantes vêm, portanto, a calhar. Elas reforçam a determinação que não dispõe de argumentos éticos e racionais a apoiá-la. Ajudam os habitantes locais a permanecerem locais, ao mesmo tempo em que permitem aos globais viajar com a consciência limpa.

Dessa forma, observa-se que muitos haitianos se sentem discriminados tanto pela sua condição de imigrante, quanto pela sua cor. Nesse sentido, cabe registrar o depoimento de Dykenlove John Marcelin, 22 anos, solteiro:

Foi um pouco difícil até ter um amigo pra me ajudar, mas já sofri muito por causa do preconceito, mas isso falei pra todo mundo que tem preconceito, que não adianta que eu não vou mudar minha cor, eu nasci negro e vou morrer negro. Eu sofri muito até por que eu trabalhei numa loja de sapatos, o cara não me tratava bem e daí resolvi sair da loja.

O tipo de tratamento discriminatório que Dykenlove John Marcelin descreve se reproduziu em um caso noticiado pela mídia de Cascavel. Uma internauta registou um vídeo que mostrava uma confusão entre uma atendente de loja e um grupo de haitianos. A loja presta serviço de transferência de moedas para o exterior e no episódio a atendente gritava e ameaçava não realizar o atendimento aos imigrantes que formavam fila no local, demonstrando total desrespeito pelos haitianos (WRONSKI, 2015).

As narrativas apresentadas demonstram o estabelecimento do estigma, do preconceito aos imigrantes negros, como se fossem invasores, que ocuparão vagas de empregos dos supostos nativos e que usufruirão de serviços públicos. Nesse sentido, Cotinguiba e Pimentel (2012) atentam para o fato de que no Brasil, desde 2010, por um lado vem se consolidando a ideia de que o haitiano é pobre, sem qualificação profissional, que precisa de ajuda porque migrou fugindo do terremoto e por isso deve ser acolhido, enquanto que por outro lado vem sendo cunhada a imagem do “invasor” que precisa ser expulso, pois onera os cofres públicos. Nesse sentido, Lima e Vala (2004, p. 404), asseveram que:

As atitudes contra os negros decorrem menos da percepção por parte do grupo dominante de que os negros constituem uma ameaça econômica concreta e mais da percepção dos negros como uma ameaça simbólica, ameaça aos valores e à cultura do grupo dominante. Os negros são percebidos como violadores dos valores que mantêm o *status quo* das relações inter-raciais.

De acordo Lima e Vala (2004), atualmente novas formas preconceito e racismo coexistem com as teorias tradicionais, o que resultou nas teorias do racismo moderno, racismo simbólico, racismo aversivo, racismo ambivalente, racismo cordial e do preconceito sutil. Para os referidos autores, os sentimentos que caracterizam os racistas aversivos não são sentimentos de hostilidade ou de ódio, mas sentimentos de desconforto, nervosismo, ansiedade e medo em relação a pessoas negras. Nesse sentido, cabe destacar o depoimento de Jesula Fils Aimé, 44 anos, solteira, residente desde 2016 na cidade de Cascavel. Ela explicita que “existem pessoas que não querem nem sentar com a gente porque somos pretos, mas também tem gente boa aqui, que nos ajuda”.

Diante da fala da interlocutora, outro ponto a ser destacado é referente à mulher negra e imigrante. Apesar do aumento do fluxo migratório de mulheres na

contemporaneidade, elas compõem um quadro de maior vulnerabilidade no país receptor. Segundo Dutra (2016, p. 181):

O entrecruzamento das condições de classe, gênero e etnia condena o coletivo de mulheres migrantes trabalhadoras a uma situação de vulnerabilidade social acentuada pela concentração delas no mercado de trabalho informal e, consequentemente, pelo acesso desigual a recursos materiais e à documentação que lhes permita desempenhar seus trabalhos em situação regular.

Outra teoria de racismo analisada refere-se ao racismo cordial, por ter sido identificada durante as entrevistas com os imigrantes haitianos. Conforme Turra e Venturi (1995), o racismo cordial é tipicamente brasileiro, sendo caracterizado por uma polidez superficial nas relações interpessoais por meio de piadas, ditos populares e brincadeiras raciais. Nesse sentido, cabe destacar o relato de Ronald Toussaint, que afirmou ter se acostumado com as brincadeiras de cunho racial proferidas pelos brasileiros: “já estou no Brasil há três anos, então já estou acostumado com os caras que me xingam e brincam comigo, estou no Brasil, fazer o que né?!”.

São muitos os casos de racismo vinculados na imprensa local, um deles, que merece destaque, envolveu questões de aluguel de imóveis para haitianos e foi descrito por Monteiro (2014).

Nove haitianos que moram em dois apartamentos em um prédio na Rua Costa e Silva afirmam que foram ameaçados. O agente penitenciário teria dito ser um policial, apontado arma e determinado que eles deixassem o local até 10 de março, se não seriam mortos. [...] O pai dele teria construído o prédio. Já a síndica estaria desligando o gás para deixar os haitianos sem serviço (MONTEIRO, 2014, p. 01).

Nesta perspectiva, Essed (1991) contextualiza que as novas formas de preconceito e racismo se situam principalmente no nível das relações interpessoais e referem-se a comportamentos de discriminação na vida cotidiana das pessoas. Em conformidade com essa problemática, merece destaque a pesquisa de Gomes (2017), que utilizou como metodologias a observação participante e as narrativas produzidas por meio de entrevistas realizadas com dois grupos de haitianos em Florianópolis – um grupo de trabalhadores e um grupo de estudantes.

Embora não tenhamos tido muitos relatos sobre a vivência de práticas discriminatórias, pudemos observar durante nossas inserções no campo algumas cenas de evidente segregação e exclusão: em uma praça central da cidade, comumente utilizada pelos trabalhadores durante a pausa do almoço, os lugares com sombra eram visivelmente tomados, em sua maioria, por brancos e brasileiros; analogamente, no refeitório da universidade a divisão por raça e nacionalidade ocorria de modo evidente. Observável em espaços específicos, esse tipo de segregação também se reproduzia na geografia urbana da capital: convidados a trabalhar em uma determinada fábrica, cerca de 60 haitianos foram alojados em região afastada do centro da cidade, à beira de uma estrada e a ao menos 40 minutos de qualquer tipo de serviço socioassistencial (GOMES, 2017, p. 7).

Diante disso, percebe-se que independentemente se sutis, veladas, explícitas ou agressivas, as manifestações de preconceito e racismo ocorrem cotidianamente com os imigrantes haitianos residentes no Brasil.

Outro elemento visualizado durante a pesquisa de campo corresponde ao fenômeno

religioso, que pode nos auxiliar no entendimento de questões referentes aos desafios encontrados pelos imigrantes haitianos na inserção social no Brasil. Embora não seja um objetivo inicialmente previsto para o presente trabalho, a temática acabou emergindo devido à importância das diferentes religiões no processo de construção das redes sociais de recepção no Brasil e também devido aos preconceitos existentes em relação ao vodú. No Haiti duas religiões são predominantes ao longo da história, o cristianismo, introduzido pelos colonizadores ocidentais, e o vodú, que só foi reconhecido como religião no país em 2003. Nesse sentido, Grondin (1985, p. 85) esclarece:

O cristianismo no Haiti, católico ou protestante – praticado e difundido por estrangeiros ocidentais e mulatos em sua maioria carregados de dogmas da filosofia ocidental, instituído em escolas, colégios e hospitais, e pregando contra instituições sociais nacionais como o *plaçage* (união matrimonial sem contrato oficial) – veiculou um novo sistema de referência que desvaloriza os costumes e as estruturas tradicionais dos haitianos não ocidentalizados, levando à alienação cultural e à identificação com branco, com o estrangeiro, com o urbano, com a elite. A religião católica, profundamente estrangeira com relação a tudo o que é africano, apresenta-se como a religião da elite; ao ser a religião oficial e da civilização ocidental, é a religião dos brancos. Ocidental em seu conteúdo e em suas expressões rituais, transmite a ideologia de que a verdadeira civilização é a civilização ocidental, da mesma forma como trata de transmitir a ideia de que a verdadeira língua é a francesa. A Igreja Católica no Haiti é um instrumento homogeneizante da elite e desarticulador das massas.

Uma pesquisa realizada no Haiti apontou que 4.555.000 de haitianos são cristãos. Destes, 3.797.000 são católicos, 400.000 protestantes e 100.000 espíritas (MELTON; BAUMAN, 2010). Durante a pesquisa de campo, os entrevistados se declararam católicos, evangélicos ou mesmo não praticar nenhuma religião, não havendo entre eles praticantes do vodú. Cabe destacar os relatos de Dykenlove John Marcelin e Jesula Fils Aimé, respectivamente:

Sou evangélico, eu toco na igreja, canto também, não prego, porque não é minha função, já viajei pra Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Vera Cruz do Oeste, toco quando necessitam e quando a igreja convida.

Sou evangélica, há seis meses, estou participando dos cultos, com meus irmãos haitianos, todos os domingos. O culto é realizado por um haitiano, o Emílio, em *créole*.

De acordo com a Cáritas, ocorrem missas mensais, celebradas em *créole*, uma ação conjunta da referida organização com a Pastoral do Migrante. Nesse sentido, Ferreira (2017) esclarece que:

Essa acolhida por nós, enquanto Cáritas e Pastoral do Migrante, aos imigrantes haitianos em todo um processo coletivo é importante, tanto que a Pastoral agora se fortaleceu, tem um padre haitiano, o Wilnie Jean, que vem para fazer essa aproximação com o Haiti, por estar celebrando as missas em *créole* e terem organizado um coral.

No dia 05 de março de 2017, com o apoio da Pastoral do Migrante, ocorreu em Cacavel uma missa aberta à população local, celebrada em *créole*. Além das missas em *créole*, há também igrejas voltadas especificamente à comunidade haitiana. Conforme

Fellet (2013), a igreja Assembleia de Deus da cidade de Porto Velho construiu um templo para atender os imigrantes haitianos.

A Assembleia de Deus foi a primeira na cidade a erguer um templo só para o grupo. A maioria dos fiéis passou a frequentá-la após se mudar para Porto Velho, seduzida pelos cultos em *créole*, a língua mais falada do Haiti. Quem conduz as cerimônias é o haitiano Pierrelus Pierre. Antes de migrar para o Brasil, ele já era pastor da Assembleia de Deus na República Dominicana (FELLET, 2013, p.01).

Já em relação à prática do vodu, Couto (2016) afirma que entre os imigrantes haitianos não se evidenciou sua presença em território brasileiro.

No Brasil, o fato de a comunidade haitiana ainda encontrar-se em trânsito pelo país, as características da religiosidade vodu ainda vigoram num âmbito bastante particular da comunidade de imigrantes, embora no Brasil eles encontrem uma referência bastante próxima ao vodu no Candomblé Jeje, essa interculturalidade ainda não se evidenciou (COUTO, 2016, p. 165).

Nesse contexto, nota-se que o fato do imigrante se definir como católico ou evangélico, embora necessariamente não seja exótico, pois a maioria da população no Haiti se denomina cristã, pode ser entendida como uma estratégia de inserção na região receptora, principalmente pelo fato das instituições religiosas estarem cumprindo um papel fundamental no processo de acolhimento e inserção dos haitianos. Para Ribeiro (2016):

O que se observa é que essa identidade ligada ao vodu se transforma, se adapta, se encuba atrás das exigências e tradições de um país estrangeiro pelo receio de que possa haver rejeição ou perseguição ou intolerância religiosa. Ou simplesmente por não haver identificação com o espaço sociocultural em que se está inserido (RIBEIRO, 2016, p. 114).

A religião atua diretamente no processo de inserção e de formação de sociabilidades no país de destino. A prática religiosa, seja ela a mesma do país de origem ou a incorporação da religião do país de destino, torna-se ponte de inserção social na nova sociedade e ao mesmo tempo de continuidade na manutenção de laços simbólicos com o país de origem. A pesquisa de campo atestou a importância das redes no fluxo migratório, enfatizando as múltiplas relações que são estabelecidas entre os imigrantes, tanto no país de origem quanto no país de destino, bem como as redes formadas por instituições de cunho confessional e as ONGs. Conforme Silva (2017, p.100), “embora diferentes redes possam estar imbricadas em processos migratórios, vale notar que cada uma delas tem finalidades específicas e formas estratégicas de atuação”.

Para Massey (1990), as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que une migrantes e não-migrantes em uma complexa teia de papéis sociais e relacionamentos interpessoais, estes mantidos por meio de um quadro informal de expectativas e comportamentos predeterminados (MASSEY, 1990). Corroborando nesse sentido de teias, Elias (1994, p. 35) afirma que:

Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de interrelação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único

fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca.

Nesta perspectiva, Nína (1995) esclarece que as redes podem se constituir por grupos distintos, endo e exgrupais. Os grupos denominados endo seriam os formados pelos imigrantes que possuem vínculos étnicos, culturais, religiosos ou linguísticos, podendo proporcionar apoio afetivo, material e informativo sobre o local de destino. Enquanto os grupos exgrupais podem apresentar laços formais ou não, que vinculam os imigrantes com o país receptor. Nesse caso, são exemplos as igrejas, ONGs, associações filantrópicas e grupos ativistas de direitos humanos.

Durante a pesquisa de campo foi possível constatar que as redes sociais desempenham papéis importantes na gestão do fluxo migratório haitiano. Nesse sentido, Portes e Böröcz (1989, p. 612) afirmam que:

Redes construídas pelo movimento e contato de pessoas através do espaço estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo. Mais do que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar propensões diferenciais à migração e o carácter duradouro dos fluxos migratórios.

Na ausência de políticas públicas de acolhimento e recepção voltadas aos imigrantes no Brasil, as redes têm desempenhado papéis importantes que, em grande medida, são realizados por grupos privados, confessionais ou laicos. Segundo Silva (2017, p.100), “a ampla rede de assistência e orientação foi, na verdade, mais um agente facilitador da mobilidade haitiana pelo Brasil, na medida em que os imigrantes usufruíram de sua ampla estrutura para resolver questões mais imediatas”.

As redes contribuem também na permanência na região de destino à medida que auxiliam na inserção cultural, laboral, religiosa e social dos imigrantes. Em Cascavel, foram constatadas várias ações nesse sentido. Muitas foram empreendidas pela Cáritas, que oferece o ensino do português, cursos de artesanato, sessões de venda dos produtos resultantes dos cursos, além de ter organizado o Fórum dos Haitianos, bem como o 1º Festival da Cultura Haitiana e, juntamente com a Pastoral do Migrante, a celebração de missas em *créole*. Corroborando tal entendimento, Tilly (1990, p. 86), afirma que:

As redes também transformam as categorias existentes. Os migrantes levam consigo suas identidades étnicas que se alteram no contexto de migração, nas relações com a sociedade de destino e com outros grupos de migrantes. Assim, alguns elementos de identidade do país de origem são eleitos, negociados e reconstruídos no contexto de migração. Portanto, ao invés de um “transplante” coletivo, há uma recriação seletiva de laços sociais.

São inúmeros os desafios e problemas encontrados pelos haitianos no processo de inserção na sociedade brasileira. Eles vão desde o aprendizado do português, ao acesso à educação, habitação, até situações envolvendo preconceito e racismo. Dessa forma, as redes, sejam elas sociais, migratórias ou de acolhimento, são de grande importância para o enfrentamento de tais problemáticas, pois servem de apoio na recepção, na superação dos problemas concretos vivenciados, na busca da legalização da situação no país e na forma pela qual os conflitos existentes são apreendidos e resolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhar e analisar os fluxos migratórios, pensar sobre os processos de inserção e sobre a importância das redes sociais necessariamente possibilita avanços no entendimento dos processos de construção das fronteiras étnicas. O conjunto de estereótipos que marcam a comunidade haitiana que chegou ao Brasil ao longo dos últimos dez anos, somado ao conjunto de preconceitos manifestados pelos brasileiros, garantem ao fenômeno composto pela imigração haitiana uma situação ideal de reflexão. O Haiti corresponde a um dos poucos países do continente americano colonizado por franceses, um país negro, marcado por uma história de lutas, ditaduras e desastres ambientais, fatos que explicitam um perfil populacional idealizado e que é preconcebido nas sociedades receptoras.

Nesse contexto, é possível encontrar de maneira idealizada um estereótipo pré-definido de imigrante haitiano: negros, fortes, passivos, praticantes de vodu, políglotas e pobres. Muitas vezes a imagem que o brasileiro médio guarda em seu imaginário a respeito dos escravos africanos utilizados no processo de colonização portuguesa é transferida para os haitianos contemporâneos com incrível facilidade, sem nenhuma problematização. Contudo, estas características que supostamente estabeleceriam os limites de uma comunidade étnica não correspondem exatamente ao que se encontra nas pesquisas realizadas. Em grande medida, todas estas características expressas servem como rótulos para diferenciar e justificar ações sociais, estabelecendo possíveis fronteiras entre brasileiros e imigrantes haitianos.

Todavia, fronteiras não correspondem exatamente a limites pré-definidos, mas a pontos de contatos fluidos, flexíveis, que se modificam historicamente por interferência de elementos estruturais e individuais. Cabe ressaltar que as fronteiras são relações de imposição, de aceitação, de conflito e de civilizações. As relações entre as comunidades de imigrantes e os nacionais são cotidianamente construídas. Assim, analisar o processo de inserção e as redes corresponde a um esforço que transborda a localidade e se estende para outras possibilidades e para outras fronteiras.

Como destacou Barth (1988), entre as diferentes formas de interação há algumas estratégias relacionais e de construção da própria identidade étnica que são reconhecidas no caso estudado. A ação dos imigrantes, ao buscarem as redes religiosas de recepção, explicita o reconhecimento, por parte dos imigrantes, das diferenças existentes entre as identidades étnicas e também das condições concretas de sobrevivência. Este movimento poderia descartar uma das estratégias existentes na definição das identidades étnicas: o isolamento. A identidade é construída por meio da relação com o outro, seja através das tentativas de aproximação, concorrência ou de isolamento. Neste último caso, a comunidade étnica reconhece, simultaneamente, as diferenças entre os grupos, mas também sua autossuficiência, buscando o fortalecimento de suas supostas raízes, suas tradições e a sua própria endogenia.

Contudo, a pesquisa de campo demonstrou que estas estratégias não são puras. Os grupos étnicos, ao desenvolverem manifestações culturais e políticas, não apenas buscam resgatar aspectos tradicionais do Haiti, mas também elementos que possam auxiliá-los em como se posicionar diante das relações. Ao mesmo tempo em que a construção de uma associação de imigrantes possibilita um fortalecimento interno de aspectos que marcariam a identidade dos haitianos, ela também permite o surgimento

de um novo agente político com potencialidade de discussão e debate com o poder público. Desse modo, a organização dos haitianos em uma única instituição não representa apenas um esforço de autoreprodução por meio de atividades culturais realizadas, como os festivais culturais ou um programa de rádio, mas o nascimento de um agente representativo que possa estabelecer um diálogo mais agudo com os gestores governamentais.

Por outro lado, os esforços em aprender o idioma, em frequentar o sistema de ensino e até mesmo de participar nas comunidades religiosas podem ser entendidos, simultaneamente, como estratégias de aproximação e de apreensão da cultura do outro, mas também como esforços que permitiriam melhores condições de inserção e de negociação cotidiana nas cidades receptoras. Aprender o idioma e ocupar os espaços da população nacional não corresponde exclusivamente a uma tentativa de inserção cultural e de adaptação, mas também de apreensão de ferramentas que possibilitariam o estabelecimento de relações mais equilibradas entre os diferentes grupos étnicos. Enfim, as estratégias de inserção e de construção das identidades não são puras, elas se misturam e possibilitam a existência das idiossincrasias.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa, Portugal: Teorema, 2004.
- ARAÚJO, José R. de Campos. Políticas públicas, estruturas estatais e migrações no Brasil. **In: Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- ARRUDA, Aline Maria Thomé. **A relação entre o Estado e a imigração: aspectos pertinentes para análise dos casos brasileiro e canadense**. Cadernos OBMigra, v.1, n.3, 2015.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira; MAGALHÃES, Luiz F. A. Migrantes indesejados: A “diáspora” haitiana no Brasil e os desafios à política migratória brasileira. In: SILVA, Sidney A.; ASSIS, Gláucia O. **Em busca do Eldorado: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Manaus: EDUA, 2016.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BHABHA, Homi K. 1998. **O Local da Cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana LL Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BITTENCOURT, Cícero. **Haitiano improvisa tênis de mesa com chinelos e inspira projeto social no Paraná**. G1 Globo. 15 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/haitiano-improvisa-tenis-de-mesa-com-chinelos-e-inspira-projeto-social-no-parana.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- BORBA, Janine H. O. M. de; MOREIRA, Julia B. Integração local de haitianos em Santo André: integração entre poder público municipal e entidades religiosas. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta *et al.* **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- COSTA, Gelmino A. **Haitianos em Manaus: dois anos de imigração – e agora!** Travessia – Revista do Migrante, São Paulo, n. 70, 2012. p. 91-99.
- COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. **Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho**. Travessia – Revista do Migrante, São Paulo, ano 25, n. 70, p. 99-106, jan./jun. 2012.
- _____. **Wout, raketè, fwontyè, ampil, mizè: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil**. Universitas Relações Internacionais, Brasília, v.12, n1. P. 73-86, jan./jun 2014.
- COUTO, Kátia. Do caribe para a Amazônia: a migração fomentando a conexão entre duas regiões. In: SILVA, Sidney A. ASSIS, Gláucia O. **Em busca do Eldorado: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Manaus: EDUA, 2016.

CRISTINA, Aline; BIANCO, Alini. **Haiti Universal: agora eles estão sintonizados**. Central Gazeta de Notícias, Cascavel-PR, 22 jun. 2014. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/95627/haiti-universal-agora-eles-estao-sintonizados>. Acesso em: 1 jan. 2018.

CRISTINA, Aline; LUZ, Bruna. B. da. **Sem intérpretes, escolas contam com dedicação de alunos haitianos**. Central Gazeta de Notícias, Cascavel-PR, 13 nov. 2014. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/113034/sem-intaerpretes-escolas-contam-com-dedicaaaa-de-alunos-haitianos>. Acesso em; 01 jan. 2018.

DANTAS, Sylvia D. Culturas em Xequê e o Desafio Psicológico de Ser entre Dois Mundos: biculturalismo entre Brasil e Japão. In. FERREIRA, Ademir Pacelli.

EBERHARDT, Leonardo D. **Haitianos em Cascavel, Paraná: história, trabalho e saúde**. Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz, 214 f. Rio de Janeiro: 2017.

FELLET, João. **Igrejas Evangélicas disputam imigrantes haitianos em Rondônia**. BBC. 3 jul. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130701_haitianos_rondonia_bg. Acesso em: 28 abr. 2018.

GLOBO. **Haitiano é vítima de agressão no centro de Foz do Iguaçu no Paraná**. G1 Globo. 16 maio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/05/haitiano-e-vitima-de-agressao-no-centro-de-foz-do-iguacu-no-parana.html>. Acesso em 2 jun. 2018.

GLOBO. **Haitianos refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português**. G1 Globo. 3 abr. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/04/haitianos-refugiados-que-trabalham-em-cascavel-aprendem-o-portugues.html>. Acesso em: 2 jun. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GOMES, Marcela A. **Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC)**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-pso-c-29-e162484.pdf>. Acesso em 12 abr. 2017.

GORCZEWSKI, Clóvis. **Direitos Humanos Educação e Cidadania. Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

GRIGOLI, Romulo. **Cadeiras ocupadas por haitianos**. O Paraná. 19 fev. 2018. Disponível em: <https://www.oparana.com.br/noticia/caadeiras-ocupadas-por-haitianos>. Acesso em: 01 jan. 2018.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: Cultura, poder e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HANDERSON, Joseph. **Dólar alto, crise econômica e xenofobia afetam diáspora haitiana no Brasil, afirma pesquisador**. Migra Mundo. 22 fev. 2016. Disponível em: <http://migramundo.com/dolar-alto-crise-economica-e-xenofobia-afetam-diaspora-haitiana-no-brasil-afirma-pesquisador/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

LACERDA, Mariana. **Haiti, SP**. Revista Superinteressante. Março 2016.

LAÍNY, Laís. **Encontro reunirá haitianos de Cascavel**. CGN/Notícias UOL, São Paulo, SP, 12 abr. 2014. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/87714/encontro-reunira-haitianos-de-cascavel>. Acesso em: 12 jun. 2017.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. **As novas formas de expressão do preconceito e do racismo**. Estudos de Psicologia (UFRN), Natal, v. 9, n. 3, p. 401–411, 2004.

MARANDOLA Jr., E. 2008. **Insegurança existencial e vulnerabilidade no habitar metropolitano**. Belo Horizonte: Caderno de Geografia, v.18, n.29, p. 39-58.

MASSEY, Douglas *et al.* The social organization of migration. In: **Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico**. Berkeley: University of California Press, p. 139-171, 199

MATTOS, Alice Lopes; SARTURI, Cristina Arruda; BORGES, Leonardo Antunes. Políticas Públicas de Acolhida a Imigrantes: Discussões e Experiências. In: REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt (Coord.). **Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015.

MELTON, J. Gordon; BAUMANN, Martin. **Religions of the World: A Comprehensive Encyclopedia of Beliefs and Practices**. Santa Barbara, CL: ABC-CLIO 2^a ed. 2010.

MEZZADRA, Sandro. **Derecho de fuga: migraciones, ciudadanía y globalización**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005.

MONTEIRO, Luana. **Agente penitenciário ameaçou haitianos**. Central Gazeta de Notícias. Cascavel/PR. 28 fev. 2014. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/82979/agente-penitenciario-ameacou-haitianos>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MORAES, Wellington de. **Entre fronteiras e descasos: Uma análise acerca dos entraves normativos à efetivação dos direitos fundamentais ao imigrante na Nova Lei de Migração**. 56f. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

PARISE, Paolo. A missão paz e a acolhida a imigrantes haitianos e haitianas em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta *et al.* **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

PORTES, Alejandro e József BÖRÖCZ “**Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation**”, International Migration Review, Vol. 28, Nº 3, pp. 606-630, 1989.

REDIN, Giuliana. **Direito de imigrar: direitos humanos e espaço público**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.

RIBEIRO, Ailton A. da Silva. **Religiosidade e identidade (s) na diáspora: por uma etnografia entre migrantes haitianos em Porto Velho**. Porto Velho: UNIR, 2016.

RODRIGUES, Luiz Carlos Balga. **Francês, crioulo e vodu: a relação entre língua e religião no Haiti**. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos Neolatinos – Língua Francesa). 268 f. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SAMORA, Daniele Teresa. **Um recorte do discurso midiático sobre o processo de imigração Haitiana na Amazônia: uma análise das regularidades discursivas**. Dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR, 110 f. Porto Velho, 2015.

SANTOS, Gislene A. **Universidade formação cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

SASSEN, S.. **Inmigrantes y ciudadanos: de las migraciones masivas a la Europa fortaleza**. Madrid: Siglo XXI, 2013.

SCHMIDT, Alice Krämer Iorra; VOLKMER, Márcia Solange. **O acesso à educação aos imigrantes haitianos em uma escola pública em Arroio do Meio**. Rio Grande do Sul: UNISC, 2016

SILVA, Sidney A. **Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil**. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.1, p.99-117, jan./abr. 2017.

SOUCHAUD, Sylvain; Rosana BAENINGER. **Vínculos entre a Migração Internacional e a Migração Interna: o caso dos bolivianos no Brasil**. Brasília: CEPAL, 2007.

SOUZA, Andréia B. de; STEIN, Leila de Menezes. **A presença do trabalhador imigrante na cidade de São Paulo: o caso dos haitianos e a proteção do visto humanitário**. Araraquara: UNESP FCL, 2017.

TILLY, Charles – Transplanted Networks, in YANS-Mc LAUGHLIN (ed.), Virginia, **Immigration Reconsidered**, NY, Oxford, Oxford University Press, pg.79-95, 1990.

WRONSKI, Fábio. **Vídeo mostra haitianos sendo mal atendidos**. Central Gazeta de Notícias, Cascavel-PR. 9 jan. 2015. Disponível em: <https://cgn.inf.br/noticia/119208/video-mostra-haitianos-sendo-mal-atendidos>. Acesso em: 8 jun. 2018.